

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA
ATA N.º 05/2015
SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 04 DE DEZEMBRO

- Presidente:** - *José Manuel Lemos Pavão*
- 1.º Secretário:** - *Humberto António Cordeiro*
- 2.ª Secretária:** - *Maria Eduarda Freitas Ferreira Neiva Rosa*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Ata da 4.ª Sessão**
25 de setembro - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros.**
- Outras presenças:** **A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente António José Pires Almor Branco e pelos Senhores Vereadores:**
- *Rui Fernando Moreira Magalhães*
 - *José Manuel Correia de Moraes*
 - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
 - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 33 presenças, pelo que, o Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 54 membros no decorrer da sessão.

Registo de Faltas.

José Baltazar Gomes Aguiar, Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa, Alzira Augusta F. Costa Ramos, Carlos Alberto Miranda Monteiro, Marisa de Fátima Seixas Aranda, Marcelo Jorge Lago, Edgar Alberto Pires, Armindo José Esteves, José dos Santos Sousa, Manuel Armindo Pereira Cristino e António André Batista Geraldo.

Apresentaram justificação de Faltas:

- José Baltazar Gomes Aguiar: Sessão de 04 de dezembro de 2015.
- Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa: Sessão de 04 de dezembro de 2015.
- Alzira Augusta Ferreira da Costa Ramos: Sessão de 04 de dezembro de 2015.
- Carlos Alberto Miranda Monteiro: Sessão de 04 de dezembro de 2015.
- Marisa de Fátima Seixas Aranda: Sessão de 04 de dezembro de 2015.
- Marcelo Jorge Lago: Sessão de 04 de dezembro de 2015.
- Edgar Alberto Pires: Sessão de 04 de dezembro de 2015.
- Armindo José Esteves: Sessão de 04 de dezembro de 2015.
- José dos Santos Sousa: Sessão de 04 de dezembro de 2015.
- Manuel Armindo Pereira Cristino: Sessão de 04 de dezembro de 2015.
- António André Batista Geraldo: Sessão de 04 de dezembro de 2015.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, Humberto António Cordeiro disse:

Bom dia a todos.

Quanto à mobilidade desta Assembleia foram aceites todas as justificações e, por sua vez, feitas as substituições dos seguintes Deputados Municipais:

- A Senhora Deputada efetiva, Alzira Augusta Ferreira da Costa Ramos do PS, é substituída pelo Senhor Carlos José Fraga, Independente do PS.
- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela, José dos Santos Sousa do PSD, é substituído pela Senhora Secretária da Junta de Freguesia da Fradizela, Ana Lúcia Miranda de Almeida Pimpão do PSD.
- O Senhor Deputado efetivo, Marcelo Jorge Lago do PSD, é substituído pelo Senhor Fernando Paulo dos Santos Costa do PSD.
- A Senhora Deputada efetiva, Marisa de Fátima Seixas Aranda do PSD, é substituída pela Senhora Maria da Piedade Trigo do PSD.

E quanto a substituições é tudo.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal, por unanimidade, justificou as faltas mencionadas.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Cumprimentava o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e Múncipes que eventualmente estejam presentes.

1 – ATA: Leitura, discussão e votação da ata da 4.ª Sessão Ordinária de 25 de setembro de 2015.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Leitura, discussão e votação da ata da 4.ª Sessão Ordinária de 25 de setembro de 2015.

Há algum pedido de esclarecimento sobre a Ata que foi distribuída?

Não havendo, passamos à votação da aprovação desta Ata.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a ata da 4.ª Sessão Ordinária de 25 de setembro de 2015.

----- **O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, Humberto António Cordeiro disse:**

Em relação ao expediente recebido de assuntos mais relevantes foi o seguinte:

- Da Junta de Freguesia de Mascarenhas, comunicação da substituição dos membros do Executivo e Assembleia de Freguesia de Mascarenhas.

- Da Diocese de Bragança – Miranda, Instituto Diocesano de Estudos Pastorais, um Convite para a Sessão Solene de abertura do ano letivo 2015/2016, no dia 23 de outubro de 2015.

- Da Associação Nacional de Municípios Portugueses, informação sobre a Semana Europeia da Democracia Local 2015; Trigésimo Aniversário da Carta Europeia de Autonomia Local.

- Da Assembleia Municipal do Cartaxo, um Convite para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal participar em Conferência relacionada com a “Organização, Competências e Funcionamento das Assembleias Municipais.”

- Da Câmara Municipal de Bragança, um Convite para o Congresso “Vida, Obra e Pensamento de Francisco Manuel Alves Abade Baçal, a realizar nos dias 13 e 14 de novembro de 2015.

- Do Tribunal de Contas, um Despacho Judicial – Processo: 18/2014 – PAM 2.ª Secção.

Expediente expedido mais relevante:

- Foi comunicado ao Senhor José Manuel Fontoura da Cunha, um Voto de Pesar pelo falecimento de seu filho, Miguel Pilão Belchior Fontoura da Cunha, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Salgueiro.

- Convocatória enviada aos Membros da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, para reunião desta Comissão a realizar no dia 16 de outubro.

- Convocatória da 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 04 de dezembro, enviada aos membros da Assembleia Municipal.

- Convocatória enviada aos Membros da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, para reunião desta Comissão a realizar no dia 30 de Novembro.

- Ordem do Dia da 5.ª Sessão da Assembleia Municipal de 04 de dezembro enviada aos Membros da Assembleia Municipal.

Após o envio dos documentos, recebemos cartas do Senhor J. A. Oliveira Miranda, do Romeu e do Senhor António Jacinto Lopes Pires, sobre o abastecimento público de água à aldeia do Romeu.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Faustino Cunha (CDS/PP) disse:**

Bom dia a todos.

Desejava pedir ao Senhor Presidente mais esclarecimentos, porque houve uma carta recebida com data de 19 de novembro do Tribunal de Contas, que trazia um Despacho Judicial sobre um determinado processo. Como elemento da Assembleia Municipal, não tenho conhecimento sobre o que aconteceu.

Pedia à Mesa que me fizesse chegar e se entender a todos para vermos o que é que continha esse despacho.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Confirma-se a receção da carta que o Senhor Deputado *Faustino Cunha* fala, que está no Secretariado e portanto terá acesso a ela através de um pedido, quando quiser e entender.

1.º Período de Intervenção do Público

2 – 1.º Período de Intervenção do Público.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Segundo ponto, 1.º Período de Intervenção do Público.

Está algum Senhor Município que queira usar da palavra?

Não está nenhum Senhor Município.

Antes da Ordem do Dia

3- Período de Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Passamos ao Ponto 3, Período de Antes da Ordem do Dia.

Estão abertas as inscrições.

Enquanto se processam e se registam as inscrições na Mesa eu queria informar esta Assembleia que recebi um telefonema, dando-me conhecimento que o Senhor Presidente da Junta de Cabanelas teve ontem um grave acidente e que se encontra internado no Hospital de Chaves.

Assim, em nome deste órgão exprimimos a nossa solidariedade e votos de rápida recuperação.

Inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia.

Senhor Deputado *Carlos Fraga* pode usar da palavra.

----- O Senhor Deputado Municipal, *Carlos Fraga*, (Independente do PS) disse:

Muito bom dia Senhor Presidente, Senhores Secretários da Mesa, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhores Presidentes da Junta de Freguesia, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores em regime de Permanência e de não Permanência, Público presente e Comunicação Social.

Neste período da Ordem do Dia, que eu sempre entendi e entendo, reservado a Assuntos de Interesse para o Concelho e para o Município e não a outro tipo de intervenções que extravasem deste assunto.

É costume dizer-se que Roma e Pavia, nunca se fizeram num dia, provavelmente nem em semanas, nem em meses, mas há um tempo para tudo.

Vem isto a propósito de no ano de 2009 ter sido dirigido um ofício, encaminhado em primeiro lugar para o Órgão Autárquico, Junta de Freguesia de Mirandela, na pessoa do Senhor Presidente, hoje Vice-presidente da Câmara o Senhor Doutor *Rui Fernando Moreira Magalhães*. Este assunto reporta-se a uma situação que diz respeito à área urbana da cidade de Mirandela, que se prendia com um pedido que foi feito por pessoas residentes no lugar conhecido, por lugar da Quinta da Maravilha, perto do Parque de Campismo, solicitando à Junta que fosse feito algo pelo caminho público de terra batida, em tão mau estado, sem qualquer tipo de intervenção há anos. Pedia também, que fossem colocados pontos de luz pública nos postos da rede elétrica que lá se encontravam, visto que as luminárias não tinham sido colocadas.

A Junta de Freguesia, na pessoa do Senhor Presidente, decidiu e bem, tomar as providências que entendeu na altura convenientes e logo em 23 de novembro de 2009 dirigiu um ofício ao Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, que exerce as funções de Presidente da Câmara, dando-lhe conta dessa situação, cujo assunto, passo a citar:

“Intervenção em caminho público e colocação de pontos de luz.”

Vimos enviar a V. Ex.ª cópia de um pedido efetuado a esta Junta, solicitando a pavimentação asfáltica ou a cubos, do caminho público, sito no lugar da Quinta da Maravilha, Rua da Maravilha, assim como a colocação de pontos de luz na referida rua.”

Os pontos de luz efetivamente foram colocados em junho de 2011 e as luminárias foram colocadas.

Quanto à intervenção, a única intervenção que houve, foi uma da Junta de Freguesia, que remediou conforme pôde e agradeço ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de então, hoje Vice-presidente da Câmara, uma intervenção que remediou pelo menos os buracos e as valetas, em 2011 e a última já perto do término do seu mandato enquanto Presidente da Junta de Freguesia, no verão de 2013.

Nós estamos em 2015. De 2009 a 2015, vão seis anos, a situação mantém-se quanto ao caminho público, inalterável, tudo cheio de buracos, sem valetas, tudo cheio de silvas nas bermas, inclusive a carrinha de apoio domiciliário da Santa Casa da Misericórdia, que tem de todos os dias transitar por aquele caminho público para ir assistir algumas pessoas idosas e doentes, muitas vezes vê-se aflita e quando vêm as chuvadas, há lama e buracos constantes.

Eu queria relembrar este assunto e pedir ao Senhor Presidente da Câmara que passados estes seis anos, fosse feito algo pelas pessoas que ali residem, porque há cinco habitações de família, que também são cidadãos, também pagam os seus direitos, pagam os seus impostos e isto tem que ser colmatado.

Isto, faço-o aqui desta forma, se tiver que ser feito de outra forma, estamos dispostos e recetivos a falar com o Senhor Presidente, se assim V. Ex.ª o entender.

E leva-me também a colocar outra situação que não sei se já houve algum desenvolvimento, que pelo menos segundo creio, ainda anteontem “*in loco*” tive oportunidade de observar, que temos a mesma situação no bairro do Estanca Rios. As pessoas lutam há anos com aquela situação, continua a ser um caminho de terra batida, sei que houve alguma intervenção, no sentido de pôr ali alguma gravilha, mas aquilo está uma lástima, com as primeiras chuvas que vieram logo no outono.

Já agora, lembrar também que um homem da nossa terra que foi muitas vezes Deputado Municipal aqui nesta Assembleia, que foi eleito Vereador, o Senhor *Aníbal da Costa Garcia*, é uma pessoa que se encontra muito doente e a quem eu também aqui deixo expresso e aqueles que o conheceram e com ele lidaram, essa solidariedade, porque foi um homem que também teve o seu papel ativo e cívico nesta casa e nesta terra, em várias vertentes que a nossa sociedade permite.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, muito bom dia a todos, saúdo toda a Assembleia.

Ficam registadas as solicitações do Senhor Deputado, tomarei boa nota delas, dentro das disponibilidades da Câmara Municipal.

Muito obrigado a todos.

----- **O Senhor Deputado Municipal, David Garrido (CDU) disse:**

Bom dia Senhor Presidente, Senhores Deputados e Executivo.

A pergunta que eu pretendia fazer era a seguinte:

Através da Comunicação Social, apercebi-me que houve uma desqualificação das urgências de Mirandela. Gostava de saber em que ponto é que isso está, se voltou atrás e se voltou à médico-cirúrgica, com reforço de valências.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se me permitem, daria esclarecimento a esta situação que foi colocada pelo Senhor *Garrido*, que talvez passou ao lado de algumas pessoas, mas que efetivamente aconteceu.

Faz exatamente hoje quinze dias que foi publicado um Despacho de Requalificação das urgências a nível nacional, na altura o Senhor Ministro da Saúde *Fernando Leal da Costa*.

Tendo essa situação sido detetada imediatamente na Câmara Municipal, tive a oportunidade de contactar nesse mesmo dia e nessa mesma hora, como devem compreender, o Presidente do Conselho de Administração da ULS (Unidade Local de Saúde), uma vez que ao longo destes últimos meses, nós temos trabalhado no sentido de melhorar as urgências em Mirandela e num mapeamento da região norte que foi publicado recentemente, das intervenções de requalificação de urgências, a urgência de Mirandela foi beneficiada com uma verba que até vai ser reforçada, segundo temos conhecimento, para requalificação das urgências.

Ora, isto significava que havia aqui algum tipo de incongruência em relação àquilo que era o processo que nós tínhamos vindo a desenvolver.

Nesse mesmo dia o *Doutor Marçõa* teve oportunidade de me transmitir que também para ele era uma surpresa a publicação daquele despacho, uma vez que o que está previsto neste momento é a manutenção da urgência médico-cirúrgica, nos termos das valências que neste momento estão, com reforço, nomeadamente das questões tecnológicas ao nível de alguns equipamentos que vão ser instalados, aproveitando o facto de neste momento a Medicina Ambulatória ter em permanência, quer cirurgias, quer anestesistas.

Nesse sentido, contactei o Gabinete do Senhor Ministro imediatamente; Contactei naturalmente também responsáveis políticos que neste momento estão a cumprir funções, os Senhores Deputados da Região, no sentido de avaliarem o que é que se passava. Ao meio da tarde de sexta-feira recebi um telefonema do Senhor Chefe de Gabinete do Senhor Ministro, a dizer-me que tinha sido um lamentável erro, que a urgência de Mirandela, Chaves e Póvoa de Varzim, que estavam nessa listagem, que não eram corretas e (se não estou em erro) na terça-feira seguinte foi publicado o despacho que repôs a situação atual.

Assim, a situação neste momento é exatamente a mesma, as urgências continuam com a classificação de médico-cirúrgicas, nos termos do acordo que foi feito há uns anos atrás, que tem um conjunto de valências, que são as que estão em Mirandela, as que estão cá fixas e como digo, neste momento está prevista uma intervenção para valorizar essas urgências, que está prevista no Pacto Territorial que foi assinado ao nível da saúde.

Ordem do Dia

4 – Período da Ordem do Dia.

4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Ponto 4.1, Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara. Senhores Deputados estão abertas as inscrições.

Faça favor senhor deputado Carlos Pinto.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Paulo Pinto (PSD) disse:**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, Senhores Vereadores, Excelentíssimos Membros da Assembleia Municipal, Público presente e Comunicação Social.

Com estima e consideração, cumprimento todos os presentes.

Por imperativos legais, a Assembleia Municipal, através do Documento “Informações do Senhor Presidente”, toma conhecimento das atividades mais relevantes realizadas pelos vários Serviços Municipais, desde a última Assembleia Municipal. Alguns chamam-lhe o documento da propaganda política do município e do seu Presidente.

Para aqueles que olham para estes documentos com alguma desconfiança, devo dizer que atribuímos cada vez mais significado à sua publicitação, tendo em conta os últimos acontecimentos políticos a nível nacional.

Atribuímos significado por se tratar de um documento legítimo, produzido por quem tem legitimidade política. É um documento apresentado por um Executivo de uma Câmara Municipal que possui poder legítimo e poder político para o fazer, porque ganharam as eleições suportadas sob princípios democráticos, o que quer dizer que quem tem mais votos nas urnas, tem, direito a governar.

Assim sendo, vamos à análise breve do Documento, sobre as atividades realizadas pelo município, ora por iniciativa própria, ora por responsabilidade partilhada, ora por conta de outrem.

É verdade que a leitura deste documento suscita várias interpretações, tendo em conta as origens e as proveniências políticas representadas nesta Assembleia Municipal.

Certamente a bancada que sustenta o Executivo, apoiarão o Município na justificação das suas opções. Outros porventura mais folgados, aqueles a quem os eleitores não conferiram tal responsabilidade, dirão que fariam melhor.

Para a análise do Documento, a questão que se coloca é simples. Os fins justificam os meios?

A bancada do PSD justifica que as atividades promovidas quer pelos objetivos e fins que prosseguem, justificam claramente os meios envolvidos.

Em jeito de playlist, apresentamos algumas atividades que consideramos de importância vital para a vida dos munícipes e instituições.

Semana Europeia da Mobilidade e Semana Europeia do Desporto;

Nesta atividade é Mirandela no seu melhor.

Estas iniciativas têm a particularidade de envolver os Mirandelenses como protagonistas, onde através das associações que representam, conseguem chegar a outros públicos-alvo, como mais ninguém consegue, anunciando a prática desportiva regular e a adoção por parte da população de hábitos de vida saudável.

- A Conferência realizada conjuntamente, entre o CFAE Tua e Douro Superior (Centro de Formação de Professores – Associação de Escolas do Tua e Douro Superior) e a CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens), onde foram abordados conteúdos importantíssimos, razão pela qual foi muito participada, pelo que urge a realização de uma segunda conferência;

- As feiras setoriais do meio rural permitindo às gentes das freguesias do concelho de Mirandela, promover os seus produtos regionais, como bons exemplos da Feira do Artesanato, Caça e Produtos Regionais, em Torre de Dona Chama, a Feira da Azeitona e Mecanização Agrícola em Vale de Gouvinhas e a Feira do Azeite e do Pão em Suções;

- As obras de reabilitação do Património Religioso do concelho de Mirandela, tais como a Igreja de Cedainhos, dos Avantos, do Cobre assim como a Capela do Espírito Santo de Cedães;

- A promoção de jovens talentosos naturais de Mirandela, como o artista plástico, *Pedro Cordeiro*, com a responsabilidade de expor no Museu Municipal Armindo Teixeira Lopes;

- A aprovação de duas candidaturas, pela CLDS - 3G (Contratos Locais de Desenvolvimento Social) e a RLIS (Rede Local de Intervenção Social) candidaturas estas com intervenção, dirigidas para a Inclusão Social e o Emprego;

- As diligências do Município de Mirandela no sentido do estabelecimento de acordos de compromissos do Governo com os produtores da alheira, para que as entidades com responsabilidades na área alimentar atuem no sentido da dissociação clara da alheira de uma única marca comercial que nada tem a ver com a alheira de Mirandela, bem como a solicitação de apoio para fazer face aos prejuízos que os produtores locais estão a sofrer.

Claro que os meios justificam os fins e neste caso em particular, tendo em conta o peso que esta indústria tem no tecido empresarial local, quer em termos económicos, quer em termos sociais;

- Referir também a Universidade Sénior de Mirandela, sobre a égide do Rotary Clube de Mirandela, onde dois homens, coadjuvados por muitos outros, o companheiro *Orlando Lima* e o companheiro *Pedro Beato*, que pelas suas boas vontades, vão disponibilizar a um público-alvo, com mais de 50 anos, um conjunto de atividades que visam a aprendizagem ao longo da vida, o convívio e a vida em comunidade e de bem salutar.

Senhor Presidente da Câmara, queria louvá-lo mais uma vez pela iniciativa de ouro que teve em conceder a vinda a Mirandela do Diretor Geral da Saúde *Francisco George*, no sentido de o próprio manifestar a sua confiança no consumo de produtos do fumeiro regional, declarações proferidas por um dirigente de elevado estatuto técnico e profissional, assim como de personalidade de grande credibilidade.

Excelentíssimos Membros da Assembleia Municipal:

Obras a favor do Património Religioso:

- A aprovação de candidaturas que trazem o investimento no concelho, o aproveitamento das sinergias das gentes do meio rural, como a compra e venda de produtos regionais, são de extrema importância para a sustentabilidade de pequenos produtores e de empresas familiares;

- A Piscina de Mirandela, por tudo que nela gravita e representa, a favor dos indicadores de prática desportiva da população local;

- A vinda a Mirandela de personalidades e individualidades de renome nacional e internacional, patrocinando causas e eventos, assim como a realização de “workshops” sobre vários temas, contribuem seguramente para uma Mirandela mais à frente.

Quando construímos uma casa, uma ponte ou outro equipamento, crescemos. Mas se não realizarmos atividades, não nos desenvolvemos.

Mas, Senhor Presidente da Câmara de Mirandela, se o elogiamos por estas ações e por outras que tem tomado, sinónimo de segurança, experiência e grande maturidade nas funções que desempenha, permita-nos que lhe façamos um reparo, ou melhor ainda, um pedido.

Não organize “workshop” algum sobre o tema “A Justiça e o Estado e o Estado da Justiça em Portugal”, tendo por ator convidado o Engenheiro José Sócrates.

Da cidade de Mirandela partiriam grandes diretos televisivos de grande audiência.

Mas, Senhor Presidente, não envolva o bom nome de Mirandela nesses assuntos, que não são os nossos, porque não gostei nada de ver Vila Real, cidade que me é querida, o Senhor Presidente da Câmara promover, sabemos lá porquê, esse momento sublime a favor do favorecido.

Este documento político é um documento garantido por lei, a sua publicação é um direito consagrado de quem foi eleito por sufrágio universal. Pode ser objeto de análise pelos partidos da oposição, mas nunca a crítica por uso excessivo de propaganda política e pessoal, por parte do Senhor Presidente da Câmara, que tem maioria no Executivo da Câmara Municipal e maioria na Assembleia Municipal, que lhe garantem pleno direito para governar e sem ser afetado por qualquer nuance aludida na Constituição Portuguesa ou na Lei das Autarquias Locais.

Viva Mirandela, viva a democracia, quando passam 35 anos sobre a morte de um grande democrata, Doutor *Francisco Sá Carneiro*, falecido no dia 04 de dezembro de 1980.

----- **O Senhor Deputado Municipal, *Carlos Fraga* (Independente PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nesta apreciação do Senhor Presidente, compete-me dizer algo sobre o assunto, não para dar picadas a ninguém, porque nem vou usar este ponto para esse efeito.

A Informação do Senhor Presidente é de facto exaustiva, não é a primeira vez que eu aqui o digo e apraz-me registar isso como meritório e positivo e não negativo.

Constato uma série de intervenções com a ajuda do Município, nomeadamente a nível do Património Religioso e é salutar.

Apesar do nosso estado laico, apesar da separação de poderes, esta intervenção da Câmara Municipal juntamente com as Juntas de Freguesia e com as Comissões Fabriqueiras, na recuperação do Património Religioso, esta sã convivência, eu saudou-a e vejo-a bem-vinda, a favor do nosso concelho, a favor desse património que há a preservar, a favor das populações e não fico nada constrangido com isto.

Digo mais uma vez que registo todas estas reabilitações que são feitas, de Capelas e de Igrejas, algumas que já foram aqui enumeradas pelo interveniente anterior, da bancada do PSD.

Neste aspeto do religioso, queria também deixar aqui com agrado este registo que tem a ver com o Município de Mirandela e Bragança, que patrocinaram Mosaicos do Baptistério da Catedral, muito meritório, porque diz aqui e passo a citar:

“No imenso painel, surgem três quadros: ao centro, a Cena do Batismo de Jesus, ladeado da cena do Anjo da Vida e do episódio dos Discípulos da Vida. Em cada um dos painéis há uma árvore, o castanheiro, amendoeira e a oliveira, que não foram escolhidas por acaso, simbolizando cada uma das zonas da nossa diocese.”

O concelho de Mirandela surge representado na oliveira, que naquele contexto bíblico é símbolo de confiança.”

Isto é muito importante.

Dou os parabéns à Câmara Municipal e fico contente que o nosso Município esteja ali tão representado, não é hoje nem amanhã! Fica perpetuado no tempo para gerações vindouras e portanto, é de facto muito meritório. Registo com agrado.

Depois, os inúmeros eventos que houve, honra seja feita às Juntas de Freguesia, que promoveram as suas feiras com os seus produtos, com o melhor que se produz nas nossas aldeias, dando a conhecer, motivando as pessoas, as populações locais dessas juntas de freguesias, fazendo confluir ali mais pessoas do nosso concelho e de fora do concelho. Isso é salutar e é bom que outras juntas que ainda não tomaram essa iniciativa, que o possam fazer futuramente, isto em articulação naturalmente e com a ajuda da Câmara Municipal.

Também já foi falado aqui a criação da Universidade Sénior que vai funcionar a partir do início do próximo ano, que também registo aqui com agrado.

Portanto, esta Informação do Senhor Presidente, é uma informação que é um imperativo legal, que tem de trazer a esta Assembleia e é nessa base que eu a aprecio e que todos nós a devemos apreciar e não noutra contexto.

----- **O Senhor Deputado Municipal, *David Garrido* (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a este ponto, é um ponto normal de todas as Assembleias.

O Senhor Deputado *Paulo Pinto* quis dar uma bofetada com uma luva, mas que não é para esta Assembleia, deve ser para outro sítio qualquer.

Aquilo que me apraz registar aqui e perguntar, vem um ponto que diz: “*Receção aos novos alunos do IPB de Mirandela.*” Faz a descrição e diz: “*No dia 28 de Janeiro de 2016, data em que se comemora o aniversário do IPB, as novas instalações já estejam em pleno funcionamento.*” Isto porque o edifício já está construído, mas falta o mobiliário.

A pergunta que eu faço é: Em que ponto se encontra para que possa ser aberto.

Há outra situação que me apraz registar, embora não seja do Executivo, mas terá por detrás a Câmara Municipal, é a Universidade Sénior.

Como sabem, ou se devem lembrar, um dos pontos da nossa candidatura à Câmara era também a instalação de uma Universidade Sénior. Gostava de ter também informação.

A restante informação acho que deve continuar a vir, quer os Municípios quer os eleitos, devem saber o que fez a Câmara e acho muito bem que isto continue.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De forma sintética responder em relação à Informação do Presidente, naturalmente que para lá de ser uma obrigatoriedade legal, porque é um dos documentos obrigatórios nesta Assembleia, podemos-la fazer mais detalhada ou menos detalhada.

É nossa opinião que deve ser detalhada, precisamente para que os Senhores Membros da Assembleia possam analisar o valor que lhe possam dar ou não. Continuaremos a fazer este modelo ou eventualmente até reforçá-lo.

Do ponto de vista das questões colocadas pelo Senhor Garrido em relação ao IPB, o mobiliário não é diretamente uma competência da Câmara, a Câmara já fez ali um grande investimento, uma opção muito clara na construção daquele edifício e naturalmente que o mobiliário é da responsabilidade do IPB.

Neste momento, segundo informações que eu tenho do próprio IPB, já estão a decorrer concursos para a aquisição desse material.

A questão que surgia e eu digo-a aqui sem qualquer complexo, tinha a ver com o financiamento desse mesmo mobiliário. Ora, o Quadro Comunitário anterior terminou, o edifício terminou durante o anterior Quadro Comunitário e temos andado a negociar formas de financiamento para esse mobiliário.

Como digo, estão a decorrer vários concursos para o mobiliário e é nossa expectativa que no dia 28 de janeiro seja possível fazer em Mirandela o dia do IPB, fazendo assim também a inauguração formal daquele edifício. Naturalmente que sendo um edifício em obras e com uma grande complexidade, está sujeito a algumas condicionantes, mas é esse o nosso objetivo.

Em relação à Universidade Sénior, é um processo que já vem a ser desenvolvido há algum tempo, é um processo que a Câmara sempre considerou que devia ser liderado pela sociedade civil.

Nesse sentido foram apresentadas várias propostas e uma das propostas que tivemos ultimamente e é essa que estamos neste momento a desenvolver, é efetivamente com o Clube Rotary de Mirandela, que tendo hoje em dia uma rede nacional que envolve diversos tipos de organismos, como este da Universidade Sénior, se propôs lançar esta iniciativa.

A Câmara Municipal estará ao lado desta iniciativa, apoiando naquilo que é possível, por exemplo ao nível das instalações e ao nível da divulgação. Consideramos que é uma oferta social extremamente importante e que vamos começar de forma lenta, mas acreditamos que no futuro pode ter alguma dinâmica à qual iremos associar também projetos que já estão a decorrer na área, nomeadamente o envelhecimento ativo.

É um projeto abrangente, é um projeto em que a Câmara acredita e irá apoiar. Está neste momento em implementação, vinculo-me também pela colaboração que temos tido, mas o que está previsto é que no dia 04 de janeiro, as primeiras turmas estejam a funcionar.

4.2 – Orçamento Municipal para o ano económico de 2016.

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 30 de novembro de 2015, com o seguinte teor:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com um voto contra do Membro do PS João Casado e cinco votos a favor (quatro dos Membros do PSD e um do Membro do PS José Manuel Morais), conforme proposto:

- 1 – Aprovar o Orçamento Municipal para o ano económico de 2016;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Ponto 4.2, Orçamento Municipal para o ano económico de 2016.

Estão abertas as inscrições.

Senhor Carlos Fraga faça favor de intervir.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Carlos Fraga (Independente PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sobre este ponto é importante, eu vou ser aqui muito breve, porque tive alguns constrangimentos a nível informático, para poder apreciar a matéria que me foi remetida, mas segundo aquilo que ainda consegui apurar, há uma verba (salvo o erro) de 400 Mil €, destinada às Juntas de Freguesia.

Portanto, nós temos 30 Juntas de Freguesia no nosso concelho, e parece-me que 400 Mil € é uma verba que fica aquém, com todos os constrangimentos que ainda possa haver, eu não tenho culpa deles a Câmara tem sido governada sistematicamente pela maioria do PSD. Não tenho culpa deste estado de coisas, das penalizações a que as populações rurais têm vindo a ser submetidas, o tal sacrifício que o Senhor Presidente ainda o ano passado reiterou aos Senhores Presidentes...que tenham calma, sei que estão a ser penalizados, mas o Plano de Saneamento Financeiro a isso obriga.

A pergunta que coloco, através da Mesa, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, é que dos 400 Mil €, como é que é feita a distribuição? Gostaria que fosse explicado.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Faustino Cunha (CDS/PP) disse:**

Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssima Vereação, Senhoras e Senhores Membros desta Assembleia.

No passado dia 31 de outubro, tive a oportunidade de um encontro casual com o Senhor Vice Presidente Doutor Rui Magalhães.

Estávamos na apresentação dos trabalhos do artista mirandense *Pedro Cordeiro*, filho do nosso comum amigo e Primeiro Secretário *Humberto Cordeiro*, pelo que aproveitei a oportunidade para aqui felicitar o nosso amigo, solicitando que faça chegar as minhas felicitações ao seu filho.

Felicito também a Câmara Municipal de Mirandela pelo empenhamento demonstrado nesta exposição.

Como vinha dizendo aproveitei a oportunidade para felicitar o Senhor Vice Presidente, por ter o Executivo aprovado tão cedo o Orçamento Provisional para 2016 e por isso esta citação aqui no meio da discussão do Orçamento.

Surpreendido fiquei quando me foi respondido que o Orçamento “não é empolado”.

E de facto considero que não é, pelo que passei a ter uma satisfação e uma preocupação.

Satisfação, por sentir que as críticas e as recomendações do CDS/PP em anos anteriores foram ouvidas.

Preocupação, por temer que os valores apontados não sejam suficientes para a satisfação dos compromissos assumidos e não pagos em 2015. Já estamos em trinta e tal milhões de compromissos assumidos e não pagos e para as responsabilidades constantes do Plano Plurianual, já aceitámos aqui uma série de pagamentos: água, saneamento, etc., etc., que vão cair nos anos seguintes e no Plano de Atividades para aquilo que se vai fazer no próprio ano de 2016.

Consciente que a receita total nunca será superior à prevista, quero acreditar que a despesa será controlada e noto até uma verba superior em Despesas de Capital, do que a de Receitas de Capital, isto é, a Câmara propõe-se a atribuir maior verba a Despesa de Capital do que a Receita de Capital.

Pensei estar presente a um Orçamento de base zero, o célebre Orçamento de base zero que consta do Plano de Saneamento Financeiro.

Digo isto porque não foram apresentados os resultados sobre a execução deste ano, pelo menos até ao dia 30 de setembro, não temos nada para poder comparar se havia verbas, se são possíveis ou não são possíveis.

Quero contudo colocar algumas questões e comentários específicos que passarei a apresentar.

Congratulo-me porque a Assembleia Municipal apresenta um objetivo de despesa de metade do previsto para 2015.

Isto é, esta Assembleia que tinha uma previsão para este ano de 80 Mil € e tem uma previsão para o ano de 40 Mil €. Eu espero que mesmo assim seja suficiente, que não haja por aqui razão para o descalabro.

Na conta 2.1 – Aquisição de Bens e Serviços, apresenta-se uma previsão de 80%, face ao atual ano. Isto será resultado de uma expectativa de redução da atividade? Possivelmente sim.

Na conta 4.5 – Transferências Correntes para as Freguesias, passamos de uma previsão de 170 Mil €, para uns escassos 100 Mil €. Eu não sei quanto é que foi este ano, se chegamos perto dos 170 Mil €, ou se vamos chegar, porque se isso aconteceu, coitadas das freguesias, vão ter uma redução de 58%. Mas se este ano não foi nada, pode ser que ainda ganhem mais. Ou isto será o resultado de não efetivação do Protocolo de Transferências das atividades para as freguesias?

As Despesas de Capital, Conta 07, passam de 8,8 Milhões €, para 4,6 Milhões €, apenas 52%, não vai haver grandes investimentos.

Agora, no que se refere às Receitas, uma previsão de 20,5 Milhões €, parece compatível com o historial das receitas recebidas pela Câmara Municipal de Mirandela nos últimos cinco anos, é perfeitamente normal. Mas um crescimento de 287% em taxas, 708 Mil €, para 247 Mil €, deve-se a que expectativas?

Constata-se que uma redução das Receitas de Capital de 8,3 para 4,7, será apenas uma redução do exagero, as tais Receitas de Capital, ou deixou de haver aqueles projetos do Fundo Social Europeu, etc. etc..

Transferências de Capital, Conta 10, passamos de 7,6 Milhões € em 2015, para 4,2 em 2016, o que corresponde a 55%. É uma baixa de expectativas?

Nas Grandes Opções do Plano, apresenta-se um objetivo estratégico, 3.2, Mobilidade e Transportes, será que se vai olhar para o isolamento das populações rurais no sentido de reduzir a sua falta de acessibilidade aos serviços, só disponíveis na cidade de Mirandela? É tempo de pensarmos um pouco nestas populações, que de facto, com a idade, para irem ao médico, para virem à Câmara, não podem deslocar-se, não têm táxis e o que têm é caro, etc.

Por último, penso que neste Orçamento, está uma criança que todos queremos apoiar o seu crescimento, que é o Orçamento Participativo. Foi possível a sua contemplação neste Orçamento? Pessoalmente gostaria de saber atempadamente qual a iniciativa, o é que vai, eu sei que estão previstos no Orçamento 150 Mil €, sendo 100 Mil € em Despesas de Capital e 50 Mil € em Despesas Correntes, mas devemos olhar para esta ideia com muito carinho, para ver se ela se desenvolve ou se fica esquecida.

----- **O Senhor Deputado Municipal, David Garrido (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Executivo.

Neste Ponto 4.2, Orçamento Municipal para o ano económico de 2016, a CDU considera que este Orçamento vem na linha das opções políticas que a Autarquia tem seguido ao longo dos anos, em que insiste no agravamento das condições de vida dos mirandenses, acrescentando dificuldades às dificuldades impostas centralmente, a exemplo temos o caso do IML.

Na opinião da CDU, um Orçamento que insiste em pôr a pagar os mirandenses as responsabilidades que pertencem ao Estado e que a Autarquia nada fez para contrariar, no que concerne às transferências de competências impostas e contrárias à Constituição da República, nomeadamente no que respeita à educação, aos transportes escolares e aos apoios sociais.

Quer dizer que, se a Autarquia tem insistido com os Serviços Centrais em que estas rubricas deviam ser pagas por eles, nós poderíamos ter mais verbas para desenvolver o concelho.

Assim sendo, eu vou votar contra.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, António Martins (CDS) disse:**

Muito bom dia Senhor Presidente da Assembleia e restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara e restantes Vereadores, Excelentíssimos colegas e amigos Presidentes de Junta, Senhores Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores.

Votamos hoje aqui nesta Assembleia o terceiro Orçamento Municipal desta legislatura, o Orçamento de 2016.

O meu sentido de voto é a favor do Orçamento, pois percebe-se o esforço e a limitação que a Autarquia tem em implementar algumas medidas e tentar diminuir a dívida que foi contraída ao longo dos anos.

O superior interesse do concelho terá de estar acima dos interesses de qualquer um de nós e é nesse sentido que exercemos o nosso voto.

Um Orçamento ajustado à realidade das capacidades do concelho, mas acima de tudo um Orçamento que segundo nos é apresentado, é bastante realista.

Olhando para os diferentes mapas, tabelas e documentos que acompanham o Orçamento, não se regista nas Grandes Opções, qualquer obra estratégica para a nossa freguesia, o que lamento.

Uma freguesia que contrariamente a outras, tem as suas necessidades básicas em causa e que carecem de intervenção urgente por parte do Município.

Recordo como exemplo a falta de qualidade no abastecimento de água à aldeia de Cedães, pois quando chove a sua captação fica completamente turba, impossibilitando as famílias de consumir esse bem e de o usar nas suas necessidades básicas.

O verdadeiro caminho de cabras, que é a estrada 1086, que liga a Nacional 15 a Vila Verdinho, impedindo que bens e pessoas circulem em segurança e dignidade, neste único acesso que existe à localidade.

Recordo que é uma obra sucessivamente prometida em campanhas eleitorais, mas que ao longo dos anos não passa disso mesmo, de uma promessa.

O acesso de ligação pelo Quadraçal, para ligar as três localidades, a junta não tem meios financeiros para suportar uma intervenção desta natureza, mas seria vital para o desenvolvimento da freguesia.

Não pedimos asfalto ou calçada, simplesmente uma camada de “*tuvenan*” e um caminho digno de circulação, algo que está ao alcance do Município.

Olhando para as Grandes Opções do Plano, vemos que entre Transferências Correntes e de Capital, as juntas irão receber cerca de 300 Mil €, repito, 300 Mil €, para as necessidades que as 30 juntas de freguesia têm para fazer face às necessidades da sua população. Um valor irrisório, quando comparamos o que esta Assembleia aprovou na sua última sessão, para transferir para uma entidade local para que esta pudesse pagar as dívidas da sua gestão ruínosa ao longo dos anos.

Mas se isso não bastasse, na página 49 das Grandes Opções do Plano, no Ponto 4.2, diz o Município acerca destas Transferências de Capital e Correntes e cito:

“Considerando determinado na Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em 2014 serão estabelecidos protocolos de delegação de competências com as juntas de freguesias, se assim for acordado, bilateralmente, nos termos também das novas competências.”

Senhor Presidente da Câmara, este Orçamento é o de 2016 e se tivermos por presságio o Orçamento de 2014, bem podemos esperar sentados que estas transferências cheguem à junta de freguesia...mas veremos, vivemos no tempo de pouquinho e não podemos esperar melhores dias. Basta ver que até o pouquinho virou governo e a maioria virou oposição.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, Humberto António Cordeiro disse:

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, Minhas Senhoras e meus senhores, Comunicação Social, bom dia a todos.

O forte despovoamento, a baixa natalidade e os cortes financeiros, em razão do ajustamento imposto ao País, associado às disposições da Lei 75/2013, à nova Lei das Finanças Locais e à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, a maioria das autarquias enfrentam há alguns anos significativas dificuldades financeiras.

Esta situação impôs novas regras de gestão. É pois, necessário procurar soluções alternativas e mecanismos que permitam aumentar a eficácia e a eficiência das ações levadas a cabo, sem por em causa o bem-estar das populações e as suas legítimas aspirações.

Ao ler atentamente os documentos das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, verifico que apesar dos constrangimentos observados - só com a enorme capacidade de gestão e planeamento da equipa que gere a nossa autarquia, é que foi e vai continuar a ser possível, fazer tanto com tão pouco.

A sua principal missão, proporcionar o bem-estar da população e aumento da sua qualidade de vida, norteados nos princípios de Disponibilidade, Igualdade, legalidade, Racionalidade e de Qualidade, vai continuar a ser uma realidade.

Seria fastidioso enumerar aqui todas as ações que pretende implementar: Umas, em projeto, outras, a iniciar, ou plena construção / ação e outras ainda em fase de conclusão.

Salientarei apenas algumas de forma aleatória, umas estruturais e outras de apoio socioeconómico.

Selecionei as seguintes:

-Apoios diretos a famílias carenciadas em mais de 110 Mil €;

-Intervenções em vários bairros no valor centenas de milhares de €;

-Elevados custos com a criação de infra estruturas locais, nomeadamente:

-Construção de ETARES;

-Casas mortuárias;

- Conclusão Quartel da Guarda Nacional Republicana da Torre de D. Chama;
- Reabilitação de espaços e património imobiliário, propriedade da Câmara, na zona histórica da cidade;
- Intervenções em mais de 29 igrejas e capelas;
- Apoios a diversas IPSS, Coletividades Culturais Recreativas, Socio Profissionais e Desportivas;
- Na cidade, estão previstas intervenções em mais de 12 milhões de €;
- Saneamentos que ascendem a cerca de 250 mil €;
- Pela primeira vez está à disposição da população um orçamento participativo, para o que estão orçamentados 150 mil €.
- Etc, etc, etc.

Estes e muitos outros investimentos têm como objetivo último, o seguinte:

- Que as pessoas vivam melhor e com qualidade;
- Sejam saudáveis e gostem de viver em comunidade;
- Participação ativa dos cidadãos no desenvolvimento da cidade;
- Estrutura da cidade coerente;
- Oferta de melhores serviços acessíveis a todos os munícipes;
- Mirandela e suas aldeias sejam locais limpos e saudáveis onde seja um prazer viver;
- Um concelho de desporto, com diversas modalidades amadoras e profissionais, com eventos desportivos de referência nacional;
- Seja uma referência gastronómica e que os seus produtos sejam reconhecidos em todo o mundo;
- Etc, etc, etc.

Relativamente à questão orçamental, não quero deixar de salientar alguns aspetos que me parecem dignos de registo:

- Pela 1ª vez, uma parte significativa das receitas correntes, cobrirá todas as despesas correntes e mais de um milhão de € em despesas de capital. Este é um aspeto muito importante de gestão;
- Salienta-se também o critério racional e lógico de aproximar os valores da receita, despesa e impostos diretos a cobrar, com os do ano e anterior, abandonando definitivamente critérios do passado;
- Diminuição em cerca de 6 milhões de € em despesas com pessoal, em que, apesar de termos ainda um rácio relativamente elevado está abaixo de 32% e que tem vindo a descer progressivamente;
- Diminuição dos encargos financeiros em cerca de 2,5 milhões de €, ou seja quase 3 milhões abaixo do endividamento líquido.

Esta abordagem realista, mostra bem a seriedade e o respeito pelos princípios mais sublimes da gestão, sobretudo das instituições do Estado, onde, entre outros os princípios, os da legalidade, da transparência, da coerência e da estabilidade orçamental, estão bem presentes na elaboração destes documentos previsionais ora apresentados.

Perante estes e outros factos concretos, bem expressos nos documentos em análise, o PSD, só pode continuar a congratular-se com a gestão praticada e com os planos que apresenta para o futuro.

Com a estratégia gestionária que tem vindo a ser aplicada estamos certos que a taxa de execução no ano de 2017, rondará os 100%.

Nestas circunstâncias, com base no notável desempenho manifestado nos últimos anos, o grupo parlamentar do PSD vai votar a favor, com a certeza de que estamos no bom caminho.

Porque o executivo merece e o povo agradece.

Muito Obrigado

Se não nos virmos antes, um feliz natal e um próspero ano novo para todos.

----- **A Senhora Deputada Municipal, *Fernanda Ferreira* (CDS) disse:**

Excelentíssimo Senhor Presidente e Secretários, Excelentíssima Vereação, Senhoras e Senhores Membros desta Assembleia Municipal, público em geral, muito bom dia a todos.

Foi-nos apresentado pela Câmara Municipal o Orçamento para este ano.

O grupo parlamentar do CDS/PP, depois de uma análise cuidada, acredita que foi um Orçamento feito, tendo base o princípio da legalidade, da estabilidade orçamental e da transparência.

Sabemos que é um Orçamento tendo em conta os compromissos assumidos no Plano de Saneamento Financeiro em curso desde 2013 e assentes nas oportunidades que o novo Quadro Comunitário poderá representar.

Este é um instrumento de estratégia e de gestão política e neste continuamos a não vislumbrar uma afirmação estratégica do concelho, uma ambição e inovação.

Conseguimos vislumbrar a requalificação urbana e o lançamento de alguns projetos do PDR 2020, mas muito mais poderemos ambicionar para este nosso concelho.

Em termos financeiros globais está um Orçamento mais arrumado, com maior realismo relevando uma aterragem à realidade, face aos tempos áureos em que Mirandela não aproveitou para resolver problemas essenciais à sua dinâmica e ao seu futuro.

Descendo 11 Milhões de € face ao Orçamento do ano anterior, o que não abrirá espaço a necessidade de desvio e temos então algumas dúvidas sobre a sua real concretização.

Assim, atendendo que se verificou existir um esforço por parte do atual Executivo Municipal em relação ao tipo de Orçamento dos mandatos anteriores, apresentando agora uma maior coerência contabilística, eliminando as rubricas fantasmas, com verbas insignificantes, pugnando por dar uma maior credibilidade ao principal documento que constitui decididamente para o desenvolvimento do concelho, os membros do CDS/PP nesta Assembleia, eu sou de parecer que vão abster-se em relação a este documento.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Um Documento Previsional é um Documento Previsional e sendo um Documento Previsional, nós podemos fazer todos os comentários e fazer todas as previsões.

Ao longo dos anos e como aqui se tem dito, eu tenho estado sempre associado à gestão da Câmara nos últimos anos, o principal debate nem era tido no momento previsional, porque havia aqueles que achavam que um orçamento empolado é sinónimo de ambição e havia aqueles que achavam que um orçamento empolado não passava disso mesmo, de um “orçamento empolado.”

Assumimos no início deste mandato um caminho, usando a expressão “orçamento base zero”, no sentido de aproximar aquilo que é efetivamente a receita cobrada, daquilo que é efetivamente a execução. Assumimos também que os mecanismos que hoje a lei nos permite utilizar, levam a que possamos fazer reajustes. Por exemplo, em abril fazemos um reajuste da receita.

Ao mesmo tempo, desenvolvemos processos de planeamento que passaram por uma avaliação do Quadro Comunitário que nos permite efetivamente Receitas de Capital, sem serem as Receitas Tradicionais, as Receitas Excecionais e ao mesmo tempo fizemos uma avaliação, que tem que ser aqui reconhecida por todos, direta com todas as Juntas de Freguesia. Há uma Junta de Freguesia que não reuniu connosco, por motivos pontuais. Porém, também aí estamos alinhados em relação à estratégia da freguesia. Todas as Juntas de Freguesia tiveram a oportunidade de reunir com a Câmara Municipal e manifestar as suas necessidades a curto prazo, as necessidades que têm diretamente como juntas de freguesias e as necessidades dos seus territórios.

É preciso entender que as necessidades dos territórios não são as necessidades dos Senhores Presidentes de Junta, são dos territórios. As necessidades de Mirandela, não são as necessidades do Presidente de Câmara, são as necessidades de Mirandela.

Este ano nós tivemos estabelecemos uma nova modalidade na elaboração deste documento.

No dia 30 de outubro o documento estava pronto, do ponto de vista previsional, sujeito a alterações pontuais e afirmativas, que foi enviado no mesmo dia para os partidos políticos e para todos os Senhores Membros da Assembleia, solicitando e manifestando a nossa abertura para debater esse documento.

Aos Senhores Membros da Assembleia não foi enviada a Execução, mas aos partidos políticos foi enviada a execução no dia 30 de outubro. Tenho que reconhecer, é algo que foi sempre reclamado pelo Arquiteto *Nuno Sousa* nas suas diversas intervenções.

Dos partidos políticos chegou apenas um comentário, pela Comissão Política do Partido Socialista de Mirandela, que manifestou um conjunto de observações para o orçamento e algumas propostas.

Nesse sentido, tivemos praticamente um mês para aceitar sugestões, comentários, para lá daqueles que nos foram transmitidos pessoalmente, para assim fazermos um orçamento que também fosse debatido não só publicamente, mas também por aqueles que têm responsabilidades políticas.

Como podem verificar, Orçamento ultrapassa ligeiramente os 25 Milhões de €. A execução efetiva a 30 de novembro é de 23.496.756.43 Milhões €.

Significa que se considerarmos mais um mês de execução, atendendo às Receitas Correntes apenas - não estamos a contar com as extraordinárias - temos mais Um Milhão € de execução, o que poderemos dizer que ficaremos com uma execução na ordem dos 24.500.000,00 Milhões €.

Sobre as questões aqui levantadas, tenho que vos dizer que fico muito satisfeito, porque temos na Assembleia quem analisa os orçamentos, não numa perspetiva, perdoem-me a expressão do “pequenino”, mas da “global.”

Quando o Deputado *Faustino* fala na questão dos compromissos assumidos, apenas um esclarecimento. Os compromissos assumidos são os anuais e os Plurianuais, o que significa por exemplo, quando aprovámos aqui dois Planos de Pagamento, na última Assembleia, os compromissos assumidos são reportados à conclusão desses mesmos compromissos, tal como os compromissos assumidos do ponto de vista financeiro, que são também reportados à conclusão, o que não é algo preocupante, nem sequer pode estar ligado à dívida, porque temos uma dívida estabilizada e gerida a longo prazo.

Desta forma, não é um constrangimento a questão dos compromissos que já estão neste momento assumidos, uma vez que estão efetivamente geridos.

Acontece também em relação à questão das Despesas de Capital, há também uma característica que pode ser observada no orçamento deste ano.

Com exceção daquilo que são neste momento os projetos que estão efetivamente contratualizados e que nós consideramos que vão ser iniciados no primeiro semestre de 2016, todos os restantes fundos comunitários, após a sua aprovação, são objeto de revisão de receita, permitindo-nos assim, não estar a onerar o orçamento.

No entanto, isto significa que se pegarem neste orçamento e retirarem a Despesa de Capital associada a fundos e transferências de fundos, o que lá está é a receita real que vai ser aplicada.



Isto quer dizer que, se nós estamos a falar de 25 Milhões € e se estamos a falar de um valor de cerca de Três Milhões e Meio € de Receitas de Capital - já incluindo alguns projetos em curso que ainda não estão concluídos e mas também alguns que vão ser já executados, como as escolas que arrancarão já em janeiro deste ano - nós temos tudo que está no Orçamento deste ano devidamente projetado e aprovisionado para o futuro.

Este foi o tema de conversa que tivemos com os Presidentes de Junta e é este o compromisso que eu assumi no meu mandato. Numa primeira fase de estabilização para controlar a dívida e controlar as despesas e uma aplicação séria e responsável das receitas, seja com fundos comunitários, seja sem fundos comunitários.

Dirão vocês que há aqui um problema, porque se tivermos a aprovação de 50 fundos comunitários durante o próximo ano, onde é que nós vamos buscar as receitas das componentes não financiadas? Até nesse aspeto nós temos o à vontade de não ter entrado na previsão destas receitas. Por exemplo, com os valores que ainda não nos foram pagos da conclusão deste quadro, que pura e simplesmente serão pagos na conclusão dos relatórios finais, o que são mais de 5% do valor bruto, que nós temos assumido e também tenho que o dizer, com a confiança de acreditar, que agora temos um Governo que vai repor as transferências a 2010 e que nos vai dar mais um milhão e meio ou dois de € a meio do ano. Mas isso já sou eu que acredito nisso, já não é uma questão de previsão.

Assim, quando nós olharmos para este Orçamento e quando eu digo nós, digo todos vós e aqueles que estão associados a ele, gostava que vissem essencialmente aquilo que tem sido o compromisso do nosso mandato e eu repito “do nosso mandato.”

Em primeiro lugar a estabilização das contas municipais. Essa estabilização será traduzida no Relatório de Atividades, mas tal como eu vos disse, basta olhar para a execução que temos neste momento e olhem para as execuções dos anos anteriores, porque o que conta são as execuções, não são propriamente os orçamentos.

Olhem para o pragmatismo das intervenções que estão projetadas a todos os níveis.

Sobre o apoio às Juntas de Freguesia, não vou mencionar a junta A ou a junta B, porque senão tinha que dizer, por exemplo, ao Senhor Presidente de Junta, que tinha que lhe cobrar o levantamento topográfico que acabou de receber no seu *email*. E se eu fosse contabilizar esses custos, teríamos de pensar de uma forma diferente e definir o que são apoios e o que não são apoios. Não é assim que nós trabalhamos nem é isso que pretendemos. Felizmente temos tido com todas as juntas de freguesia um relacionamento próximo, colaborante, que se tem traduzido num enorme sucesso com as intervenções que têm vindo a ser realizadas, com a colaboração das duas entidades que às vezes até com uma terceira entidade externa, Comissões Fabriqueiras ou outras associações, conseguimos ter sucesso naquilo que são os objetivos locais.

Nesse sentido também, é evidente que eu concordo com o Senhor *Garrido* completamente Senhor *Garrido*, porque, efetivamente, quando se olha para um Orçamento destes e muitas das questões que estamos a falar desse tipo de transferências não estão visíveis, porque ainda hoje esta Câmara continua a assumir recursos humanos, no apoio ao Agrupamento de Escolas de Mirandela, porque pura e simplesmente o Estado não teve a capacidade de colocar esses recursos humanos.

Enquanto a Câmara Municipal tinha um contrato de execução que não cobria as despesas, estava tudo bem, porque a Câmara Municipal aumentava as necessidades com os seus próprios recursos, com os recursos de todos nós e compensava. Hoje, estamos quase na mesma situação, o Governo não compensa os agrupamentos nas necessidades que eles têm de recursos humanos e a Câmara Municipal continuará a assumi-los.

Este é também um princípio de solidariedade institucional e naturalmente de gestão, mas é de injustiça para aquilo que é o dia-a-dia das nossas populações.

Julgo também que é importante olharem para este Orçamento numa perspetiva que temos vindo a desenvolver, que pode parecer uma perspetiva pequena, mas que é uma muito significativa num tempo de dificuldade: são os apoios sociais que nós temos dado nas suas mais diferentes vertentes. Quando nós falamos em 500.000,00 € de refeições escolares, recorde que temos 75.000 € de receita, o que significa que os restantes valores, são valores de subsídio à educação, às crianças e à qualidade de vida das crianças, porque numa sociedade lógica, essas crianças, todas deviam pagar as suas refeições e apenas as que têm necessidades sociais as deveriam ter. E a Câmara Municipal continua a subsidiar as refeições das crianças deslocadas e assim continuará a fazer.

Em termos de execução, este ano em apoios diretos atribuímos mais de 100.000,00 € às famílias carenciadas de Mirandela. Quando eu falo em apoios diretos, são apoios individuais: água saneamento, pequenas coisas etc. - não estou a falar de apoios de nível superior. Tudo isso somado, em termos de apoios diretos, neste orçamento pode ser verificado que ultrapassam apoios a empresas, apoios a famílias, apoios a diversas áreas sociais, mais de 500.000,00 € que temos neste Orçamento.

Temos conseguido estar ao lado dos mirandelenses, nas necessidades que os mirandelenses nos transmitem e principalmente nesta época difícil, apoiar as empresas, apoiar também as famílias, nomeadamente este ano que temos um novo programa que tem 50.000,00 € de orçamentação, em que vamos apoiar a contratação direta de pessoas ao posto de trabalho, garantindo que são postos de trabalhos fixos a três anos, para que as empresas tenham mais iniciativa nessa mesma atividade.

Este ano a Câmara Municipal conseguiu garantir através das suas atividades, 64 postos de trabalho diretos em empresas em Mirandela. Se neste próximo ano conseguir mais 50 postos de trabalho e no seguinte mais 50 postos de trabalho fixos (não trabalhos temporários), acredito que pode ser um elemento de sucesso para as pessoas e para as famílias.

Relativamente às Gops constam, ainda que resumidos, projetos e um planeamento para a cidade de Mirandela, virado para o futuro.

Não temos lá os valores aprovisionados, é verdade. No entanto, temos planos de desenvolvimento estratégico urbano; temos planos de desenvolvimento de expansão industrial; temos planos de intervenção nas áreas rurais; temos muita coisa que seria bom que fosse lida e observada.

Estabelecemos pactos concretos para intervir em áreas em que somos deficitários, a área da educação é um bom exemplo.

Temos pactos assinados na área da eficiência energética. Os compromissos assinados são receitas que já temos garantidas. Não as encontram no orçamento, é natural, mas como vos disse, eu prefiro quando as tiver na mão, para não me acontecer o que aconteceu com o programa TuaMirandela, que andei durante vários anos a meter oito milhões no orçamento e não executávamos nesse ano, porque os programas não estavam prontos.

Olhar para o Orçamento de Mirandela, temos sempre a possibilidade de dizer que é possível ser mais ambicioso. Mas mais ambicioso só se for com o dinheiro dos outros, porque com o nosso dinheiro, nós sabemos o que vamos fazer neste programa e quais são as linhas com que nos cosemos, não pondo em causa a estabilidade da Câmara neste momento, não pondo em causa o futuro da Câmara Municipal e não pondo em causa o futuro deste concelho.

Ainda temos assuntos e agendas difíceis para poder tratar. Sugiro-vos que façam as contas entre aquilo que é a receita na área de águas e resíduos e aquilo que é a despesa na área de águas e resíduos. E mais uma vez, que se interroguem quem está a subsidiar quem e como. Estão lá os dados, procurem-nos nos dois documentos.

São fáceis, são três colunas, uma é “águas residuais”, outra é “água” e outra é “resíduos urbanos”, tem uma receita e do lado tem uma despesa que é a que nós pagamos anualmente e vejam o défice que nós suportamos.

Quando se fala aqui em aumento de impostos impressionante, eu digo-vos uma coisa: que inveja eu tenho do atual Primeiro-ministro, quando era Presidente da Câmara de Lisboa que colocou apenas a taxa de resíduos para os comércioos, a 140,00 € por mês. Se calhar estava certo no tempo errado, ou estaria errado no tempo certo, não faço ideia. A verdade é que olhando para o nosso Orçamento e fazendo uma análise crítica, seria bom também que olhássemos para estes pormenores, daquilo que tem sido o nosso esforço.

Quanto ao Orçamento participativo, devo dizer que a primeira pessoa que eu me lembro de fazer essa proposta foi o então Membro da Assembleia *Luis Sousa* -atualmente ligado a uma entidade que está muito ligada à questão da transparência.

Mas o problema não é propor o Orçamento Participativo, o problema é executa-lo. Pensamos que a partir do dia 16 irá começar a divulgação, altura em que serão realizadas as assembleias participativas.

São três valores: um rural, um urbano e um jovem. Serão realizadas as assembleias participativas, serão solicitadas as propostas, tendo a expectativa de que na Assembleia Municipal de abril sejam aqui apresentadas as propostas de alteração ao Orçamento, em que já vêm os projetos aprovados e devidamente estruturados.

Sei que muitas das vezes, quando vemos estas situações da transparência - vai sair para a semana, não é muito importante para nós saber se estamos em quinto, se estamos em primeiro ou se estamos em segundo - é importante saber que a nossa Câmara é uma Câmara exemplar do ponto de vista da total transparência do que atualmente realizamos e somos.

Ontem mesmo, tenho que o dizer aqui com enorme orgulho, foi realizada a auditoria externa de renovação do processo de certificação da qualidade na Câmara Municipal de Mirandela.

A Câmara Municipal de Mirandela não tem paralelo a nível nacional em termos de processos certificados. Existem duas ou três Câmaras que têm o mesmo número de processos que temos. Temos a Câmara totalmente certificada. Somos auditados exatamente pelas mesmas empresas que auditam a área privada e todas as outras áreas. Ontem tivemos em Mirandela *o terminus* de uma auditoria que durou três dias, realizada pela entidade PKF – Accountants and Business Advisers, que é a entidade que nos fez a auditoria externa e foi com muita alegria, que todos os processos que a Câmara tem neste momento, que tiveram que ser auditados, tivemos duas não conformidades de carácter simples. Isto significa que hoje, esta cultura de qualidade está bastante enraizada na cabeça, na forma de estar e no trabalho de todos os funcionários municipais.

Eu gostava que ficasse registado aqui o meu reconhecimento, porque é efetivamente um trabalho de todos os funcionários municipais e é com muito orgulho que eu neste momento lidero uma Câmara Municipal que tem tido o cuidado de fazer este esforço e tem tido o cuidado de se dedicar a este processo desta forma, porque no limite e no final, quem vai ter o benefício deste processo, vai ser o município, não vai ser a própria Câmara como estrutura.

Sabemos para onde vamos, às vezes com a dificuldade de sabermos que não é bem aceite por todos, não conseguimos ser unânimes, mas garantimos que naquilo com que nos comprometemos, naquilo que aqui vos apresentamos, naquilo que é este documento e naquilo que é esta previsão, nós vamos cumprir, porque a nossa palavra quando é dada, é uma palavra séria.

Muito obrigado a todos.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão disse*:

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 44 votos a favor, (39 do PSD e 5 do CDS/PP), 5 abstenções (4 do CDS/PP, e 1 do PS), e 5 votos contra (4 do PS e 1 da CDU), aprovar o Orçamento Municipal para o ano económico de 2016.

----- O Senhor Deputado Municipal, *Carlos Fraga (Independente PS) disse*:

Senhor Presidente, Senhores Depurados.

“Declaração de Voto Oral

A minha abstenção prende-se com a insuficiência de elementos.

Como eu referi na minha intervenção, devido a um constrangimento informático que tive no meu equipamento, não pude consultar a matéria.

O esclarecimento que pedi aqui ao Senhor Presidente da Câmara, não me foi dada resposta e neste caso pretendi abster-me.”

----- A Senhora Deputada Municipal, *Odete Ferreira (PS) disse*:

Muito bom dia Senhor Presidente e restantes Membros.

Declaração de Voto Oral.

“O Orçamento Municipal para 2016, é um Orçamento sob a conceção do Executivo Camarário, não é um documento gizado pela conceção política do Partido Socialista, que naturalmente se traduziria em outras opções e prioridades e subsequentes dotações orçamentais.

Por isso, a maioria do Partido Socialista votou contra. Acresce que entendemos que devia ser considerado o parecer que o Partido Socialista fez chegar ao Executivo, quando foi pedido.”

4.3 – Proposta de Regulamento de Funcionamento e Utilização do Campo Desportivo da Reginorde.

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 30 de novembro de 2015, com o seguinte teor:

DELIBERAÇÃO:A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos propostos:

- 1 - Aprovar a Proposta de Regulamento de Funcionamento e Utilização do Campo Desportivo da Reginorde;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Proposta de Regulamento de Funcionamento e Utilização do Campo Desportivo da Reginorde.

Estão abertas as inscrições.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Carlos Fraga (Independente PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu vou ser muito breve.

Quanto a este Regulamento, que tive o cuidado de ler, nada tenho a opor.

Quanto à sua utilização já o tinha aqui declarado noutras Assembleias anteriores e congratulado pela utilidade que ele está a ter e que irá continuar a ter.

Todavia e estranhamente quando a Proposta de Regulamento de Funcionamento e dá-se-lhe o nome “ e Utilização do Campo Desportivo da Reginorde”. Eu digo já que me vou abster, porque quando ele foi inaugurado no passado dia 28 de agosto de 2015, deu-se-lhe o nome de Campo de Treinos Desportivos do Município. Agora, como da noite para o dia, dá-se-lhe o nome de Campo Desportivo da Reginorde, de má memória para a maioria dos mirandenses, que estão a pagar bem caro, por isso. Eu, da Reginorde nunca tirei dividendos nenhuns, sempre que lá estive, paguei bem e os lucros foram zero e hoje pelos vistos continuo também a pagar.

Penso que se devia manter o nome de Campo de Treinos Desportivo do Município.

Por este motivo não voto contra nem voto a favor, mas vou-me abster.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Cedães, António Martins (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria colocar aqui três considerações:

A primeira é sobre o Campo de Treinos, gostaríamos de saber se é aberto à sociedade civil, porque ficámos com uma dúvida, nomeadamente no pagamento das taxas, porque fala na tabela de preços em equipas federadas, equipas não federadas ou grupos e se desta parte dos grupos podemos entender a sociedade civil. Era uma dúvida que tínhamos.

Outra questão prende-se com a conclusão dos balneários, se eles ficarão disponíveis para ser utilizados.

Outra dúvida que também suscitamos é que o campo até à data tem sido utilizado por uma entidade e se essa entidade paga as despesas correntes que tem havido com a eletricidade, o uso da água, ou se elas serão assumidas pelo Município.

Ainda outra questão, que dentro do espaço funciona um pequeno comércio, um quiosque de venda de bebidas e mais uma série de artefactos e se isso já constitui alguma receita para o Município, tendo em conta que no Regulamento, futuras parcerias de publicidade, o Município poderá eventualmente ter alguma contrapartida.

Eram as dúvidas que tínhamos e também para realçar que votaremos favoravelmente este Regulamento.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em forma concreta às perguntas que são colocadas quanto ao Regulamento, dizer que o campo é aberto a toda a sociedade civil, aliás, já está a acontecer, se repararem na Newsletter desta semana, aparece um jogo da PSP com um grupo de jovens, que foi uma atividade da CLDS + (Contratos Locais de Desenvolvimento Social) e da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens), no âmbito da semana da diferença e temos tido também solicitações particulares, até de empresas locais e não só, para utilização do equipamento.

O equipamento é aberto à sociedade, por isso é que surge este Regulamento e uma tabela de preços. Quem o quiser utilizar apenas tem que contactar os serviços e verificar os horários.

Em relação aos balneários, está prevista no orçamento, se forem ver na área dos campos desportivos, está lá prevista uma verba para ser executada em 2016. Nós contamos que o projeto esteja concluído até final do ano. Contamos que no primeiro semestre do ano 2016 estará concluído e iremos realizá-lo.

Quanto ao Sport Clube de Mirandela, hoje em dia temos um sistema de parceria com os diversos clubes, não é só o Sport Clube de Mirandela, que tem a ver com a utilização de equipamentos municipais.

Isto significa que – aconteceu este ano - o Contrato Programa que foi assinado com o Sport Clube de Mirandela foi reduzido no valor correspondente à utilização de pavilhões e outros equipamentos. Naturalmente que neste momento ainda estamos em fase “Beta”, chamemos-lhe assim, da utilização do espaço. Quem utiliza mais o campo é naturalmente o Sport Clube de Mirandela, mas o Hóquei em Campo neste momento já tem uma utilização regular e terá uma utilização mais contínua a partir da Primavera.

Mas naturalmente que é Sport Clube de Mirandela que o utiliza, o que acho que é uma responsabilidade deles, foi uma autorização da Câmara, são receitas para eles; não tem qualquer ligação à Câmara Municipal. É importante o auto financiamento das coletividades desportivas e parece-nos que é uma boa iniciativa terem essa disponibilidade.

Em termos do que é a utilização dos espaços, posso dar o exemplo da equipa de natação do Sport Clube de Mirandela, que utiliza a Piscina em regime permanente. É um equipamento caro, o valor da utilização da Piscina foi contabilizado e não foi objeto de financiamento, no âmbito do Contrato Programa. Nós ajustamos as cedências em espécie com as cedências monetárias.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 53 votos a favor (39 dos Membros do PSD, 9 dos Membros do CDS/PP, 4 dos Membros do PS e 1 do Membro da CDU) e 1 abstenção do Membro Independente do PS, Carlos Fraga, aprovar a Proposta de Regulamento de Funcionamento e Utilização do Campo Desportivo da Reginorde.

4.4 – Proposta de Regulamento de Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 30 de novembro que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a Proposta de Regulamento de Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal de Mirandela;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Proposta de Regulamento de Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal de Mirandela.

Estão abertas as inscrições.

----- **O Senhor Deputado Municipal, David Garrido (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não vou falar sobre o Regulamento, com o qual estou de acordo, mas envolve a Piscina, que é a contratação por avença de dois nadadores salvadores para as Piscinas.

A pergunta que eu faço é se decorre da lei, a obrigatoriedade de serem nadadores salvadores profissionais ou há outra razão. Ou será que o Município não teria nos seus quadros gente que pudesse executar essa tarefa?

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este assunto quase se enquadra naquilo que o Senhor Garrido disse há um bocadinho, sobre as competências do Estado.

Foi publicado um Decreto-lei há cerca de dois anos, que veio alterar o sistema de vigilância e o sistema de apoio às piscinas, que veio trazer uma lei que obriga que o Plano de Água tenha em permanência um nadador salvador. No caso da Piscina da Maravilha tem que ter dois, por causa da lotação. No caso da nossa Piscina, como a lotação é inferior a 400 pessoas, tem que ter um nadador salvador. Mas tem que ter um nadador salvador em permanência a vigiar o Plano de Água.

Os nossos funcionários também fizeram formação e há vários funcionários têm essa formação. Mas repare que a Piscina de Mirandela abre às 8 h da manhã e fecha às 9 h da noite e tem que estar em horário contínuo, nomeadamente ao fim de semana e tem que estar continuamente em funcionamento com esse tipo de vigilância.

É evidente que é um custo. Nós fizemos um curso de formação através do Instituto Nacional de Socorros a Náufragos e foram qualificadas algumas pessoas e neste momento, não temos capacidade interna de resolver o problema, que não seja recorrendo a pessoas que naquele momento fazem a compensação dos horários.

Eu recordo que a *Piscina Municipal* tem em termos permanentes, - quando eu digo permanentes, são só as escolas – 400 utentes por semana e tem em média de registo de entradas, mais de 2.000 entradas por semana, o que significa que neste momento com a carga, quando estamos a falar do final do dia, no horário entre as 17h30 / 18 h, normalmente os professores da Piscina estão em permanência a dar aulas e depois há um limite de horas para cada professor estar na água. Hoje em dia temos Protocolos com ATL's; Com a escola Secundária de Mirandela; Com a APPCDM; Com as Juntas de Freguesia, e temos um sistema de hidroginástica sénior que também estamos a adaptar.

Neste momento estamos com enormes dificuldades na gestão da Piscina, pela carga que estamos a ter neste momento - o que nos deixa muito satisfeitos - porque é um equipamento extremamente utilizado pela sociedade e é para isso que ele lá deve estar. Mas em termos de legislação, veio-nos trazer estes constrangimentos, porque temos recursos que fizeram a formação, mas para ter a formação é preciso passar no curso, ter qualificação no curso, porque senão não pode ser nadador salvador.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a Proposta de Regulamento de Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal de Mirandela.

Outros Assuntos de Interesse para o Município

5 - Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Ponto 5 - Outros Assuntos de Interesse para o Município.

Estão abertas as inscrições:

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama, Fernando dos Reis Mesquita (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores.

Antes de avançar para o assunto que me traz aqui hoje, queria salientar o tema da auditoria a que o Senhor Presidente da Câmara se referiu e eu quero associar-me a essa satisfação a esse contentamento pelo resultado, não só pelo facto de ser uma auditoria à Câmara, mas também porque essa auditoria incluiu os novos serviços que a Torre de Dona Chama presta neste momento aos cidadãos, nomeadamente o Gabinete de Apoio ao Município.

Ontem tive o prazer de estar presente, na altura em que o Senhor Auditor chegou à Torre, foi verificado o funcionamento dos serviços e tenho eu manifestar esse contentamento de facto, porque ele entendeu que os serviços estavam a ser prestados em ótimas condições de qualidade.

Se atendermos a que as duas funcionárias que trabalham na Junta só tiveram 15 dias de formação para se adaptarem a essa nova realidade, é óbvio que tenho eu publicamente reconhecer o esforço dessas funcionárias e deixar aqui um voto de agradecimento e de reconhecimento à *Nazaré* e à *Vera*, pelo esforço e pela qualidade que demonstram no atendimento aos cidadãos.

Passando agora ao assunto que me traz aqui hoje, ele insere-se naquilo que tem sido e vai continuar a ser a estratégia e o modelo de desenvolvimento que eu preconizo para a nossa Freguesia, para a Vila e porque não dizê-lo, mais do que o posso afirmar, é também esse o modelo que sinto que o Senhor Presidente da Câmara e os Vereadores que o acompanham no Órgão Executivo, defendem para todo o concelho. A cultura é fundamental, não direi que é a minha paixão porque podia ser conotado com uma afirmação anterior e eu não quero conotações políticas, mas é de facto fundamental e eu abraço esse projeto com muito interesse.

E nessa estratégia de desenvolvimento que se pretende para a Vila, a cultura tem várias vertentes: o ensino, nomeadamente a educação, o conhecimento, a investigação, mas também essencialmente o património.

E é o património que me traz aqui hoje, quer na sua vertente imaterial, quer na sua vertente material.

Já devem ter conhecimento que eu fiz um esforço enorme para durante um ano conseguir criar uma associação, que se dedicasse especificamente a esse tema, ou seja, à divulgação, à conservação do nosso património imaterial e material.

Conseguimos constituir essa associação, está bem entregue. Eu não faço parte dos órgãos sociais por razões óbvias, mas também porque pretendo incluir a sociedade civil em todo esse trabalho.

Como digo, foi criada recentemente, está a trabalhar bem e vamos ter agora em simultâneo, em conjunto, no trabalho de equipa, a primeira iniciativa promovida pela Junta de Freguesia e por essa associação.

Trata-se de uma iniciativa que tem a ver e que está incluída naquilo a que nós chamamos a semana do careto na Torre de Dona Chama.

Essa iniciativa vai ter lugar no fim-de-semana de 19 e 20 de dezembro, o fim-de-semana que antecede a festa dos caretos e vai iniciar-se com a abertura de uma exposição sobre o tema dos rituais de Inverno, que vem do Museu Abade de Baçal e que foi possível pelo empenhamento e pelo interesse que a Doutora Deolinda, a nossa Vereadora da Cultura demonstrou e concretizou.

Iremos ter essa exposição na Torre durante cerca de 10 dias, pelo que será sempre um prazer vê-los a visitá-la.

E no dia 20, o dia forte desse evento, pelas 14 h. terão lugar as primeiras jornadas dedicadas ao tema também do Património Imaterial e o sub tema da mitologia dos rituais e o caso específico de Torre de Dona Chama.

Entendemos por bem, nestas primeiras jornadas, apesar de nós sabermos que o concelho tem gente capaz, competente e conhecedora do assunto, mas dizia eu...entendemos por bem, nestas primeiras jornadas, convidar oradores que sejam alheios ao nosso concelho.

Virá um orador de Bragança e virá um orador de Vila Real. São pessoas de reconhecida competência na matéria, têm até já várias obras subordinadas a esse tema, o Professor *Tiza* que é um dos que vem, acaba de lançar um livro sobre os rituais e a máscara; o Professor *Alexandre Perafita* que será também um dos oradores, tem também já uma tese de mestrado, que fala do assunto e fala especificamente do caso de Torre de Dona Chama.

Nesse dia, eu espero sinceramente vê-los a todos na Torre de Dona Chama, porque este assunto é importante para nós, para a Vila, mas também tem uma importância muito relevante para o concelho. O desenvolvimento passa essencialmente por conservarmos e divulgarmos o nosso património, porque ele faz parte da nossa história.

Por isso, até ao dia 20 na Torre de Dona Chama.

-----**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abambres, José Manuel Madureira (CDS/PP) disse:**

Muito bom dia a todos, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e ao público presente.

Quero aqui dizer que a Junta de Freguesia de Abambres vai realizar pelo terceiro ano consecutivo, a Festa de Natal das crianças até aos 12 anos, da Freguesia de Abambres, no dia 20 de Dezembro.

Renovo o convite da participação do Executivo Municipal e da Assembleia Municipal, pois teríamos todo o gosto em poder contar com a vossa presença.

Renovo também o convite a todos os Presidentes de Junta que fazem eventos, dependam eles quais forem, o que interessa é a participação das pessoas das freguesias.

A Junta de Freguesia de Abambres deseja um bom Natal a todos aqui presentes.

-----**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, José Eduardo Gomes de Almeida (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, muito bom dia.

Apenas alguns apontamentos referentes ao XV Congresso Nacional da Anafre que se realizou nos dias 06 e 07 de Novembro de 2015, em Ponta Delgada.

O tema desse congresso dizia respeito ao seguinte:

Freguesia, novos desafios.

Foi na realidade um documento de orientação estratégica do Concelho Diretivo da Anafre, que foi submetido e aprovado, assim como muitas das moções que constituíram um ponto de apoio de alavanca até para o próprio congresso que fixou linhas de orientação do trabalho do Conselho Diretivo da Anafre para o 2.º Biénio do mandato de 2016 / 2017.

Quero apenas registar algumas dessas conclusões deste Congresso, e eu passo a citar:

-Descentralização de competências, claro e ajustado à realidade da sociedade portuguesa, onde a partilha das competências entre freguesias e municípios, se faça com respeito pelos valores da proximidade da celeridade e da economia de meios e recursos;

-Exigir o reforço da percentagem de participação das freguesias nos impostos recolhidos pelo Estado, bem como a equiparação das freguesias a outras instituições, para efeitos de IVA;

-Exigir que seja revisto o estatuto do eleito local, consignado o alargamento do regime de permanência aos eleitos das freguesias e a contagem do tempo de serviço público para efeitos de aposentação e atualização dos valores de abonos e compensações.

Pretendemos que se expliquem e corrijam as injustiças e incorreções perpetuadas pelas atuais medidas de pagamento ao Serviço Nacional de Saúde, evitando duplas tributações que causam constrangimentos enormes à gestão financeira das freguesias e também nas orientações e estratégia da Anafre.

Eu apenas vou citar aqui o seguinte:

A Anafre propôs no devido tempo aos grupos parlamentares e partidos políticos, alterações cirúrgicas ao art.º 27.º da Lei 169/99, que permitem a qualquer freguesia que tenha até 1500 eleitores, possa ter o Presidente da Junta a meio tempo e as freguesias que tenham 1.500 a 10.000 eleitores, possam ter um Presidente da Junta em regime de tempo inteiro, para além dos casos já previstos atualmente na lei.

Sugerimos ainda que as freguesias que tenham entre 10.000 e 20.000 eleitores ou que tenham mais de 7.000 eleitores, numa área de 100 Km2, possam, além do Presidente da Junta, ter um vogal do órgão executivo a exercer o mandato em regime de tempo inteiro.

Para as freguesias com mais de 20.000 eleitores, proposta a possibilidade de terem mais um ou dois membros do executivo a tempo inteiro.

Outra questão que se prende também com o FFF (Fundo de Financiamento das Juntas de Freguesia), há aqui uma redução progressiva do peso dos três “efes”, em relação aos sucessivos Orçamentos do Estado.

E eu passo a ler muito rapidamente, só para se fazer uma ideia, a desvalorização e a redução em relação a esta verba do Orçamento de Estado.

E passo a citar:

“Importa referir que ao nível dos “FFF” temos assistido ao longo dos últimos anos, de uma supressão dos valores às freguesias, com sistemática suspensão e não aplicação das normas do anterior, o que contribui para uma participação das freguesias nos recursos públicos, cada vez menor.”

Efetivamente, o Princípio Constitucional da justa repartição de recursos, tem sido larga e grosseiramente violado. As freguesias têm-se substituído inúmeras ocasiões às funções do Estado, sendo inaceitável que a relação entre o FFF e o montante global dos sucessivos Orçamentos do Estado, sejam em valores tão reduzidos, conforme poderemos verificar pelo quadro que eu agora poderei, muito rapidamente vos dizer, que desde 2008 a 2014, foram reduzidos para as freguesias, em relação ao Fundo de Financiamento de Freguesias, 126,2 Milhões €.

Aproveito a ocasião também para desejar um bom Natal a todos.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Carlos Fraga (Independente PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quase no término desta nossa sessão de trabalho e neste ponto em apreço, não vou colocar nenhuma questão através da Mesa, nomeadamente ao Executivo Municipal, porque como certamente repararam e eu registei, nada me tem sido respondido.

Queria manifestar algumas preocupações.

Fala-se para aí de uma nova superfície comercial que será instalada em Mirandela.



É minha opinião, de cidadão de gema deste concelho, que não será benéfico, nomeadamente para o comércio tradicional. Ele já está definhado, são mais as lojas que fecham do que as que abrem, temos três grandes superfícies comerciais: o LIDL, Pingo Doce e o Intermarché, abrir mais uma, penso que teremos a perder.

Outra coisa que eu registo aqui como negativo na nossa cidade: estávamos habituados a que as decorações de Natal já estivessem a funcionar nesta ocasião, mesmo em ocasiões já remotas de vacas magras, de presidências do Senhor *Marcelo Jorge Lago*, as iluminações de Natal apareciam sempre a tempos e horas e mais cedo.

Ainda há dias eu estive em Macedo, uma cidade bem mais pequena do que Mirandela, em 25 de Outubro, faltava um mês para o Natal e já estavam as ornamentações de Natal a funcionar.

E já agora que falo no Natal, também queria informar- o *Silvio Santos*, Senhor Juiz Presidente da Confraria não vai levar a mal - que ouvi com apreço e com agrado, algo que faz alusão a uma Novena de Natal que vai decorrer pela primeira vez no Santuário de Nossa Senhora do Amparo, Padroeira da nossa cidade, que se inicia no próximo dia 15 e se prolonga até ao dia 23 de Dezembro e todos os dias às 20 h. 30 m. Registo com agrado e como positivo e naturalmente que todos nós somos convidados a participar nessa Novena de Natal, no Santuário.

Depois, o edifício do IPB era suposto estar e não está a funcionar. Não sei o que se passará com aquele edifício que para mim é de mau gosto. A estética não diz nada a esta nossa cidade. Aquilo para mim, parece uma centopeia e já mais pessoas me questionaram o que era aquilo.

Francamente, com os alunos que frequentam os cursos do IPB - felizmente aqui em Mirandela - que dão uma grande motivação à nossa cidade e que são uma mais-valia, que já deveriam ter as condições necessárias para estarem nesse edifício, apesar das linhas com que ele foi traçado, mas de facto, algo ali também não bate certo.

E com isto vou terminar, desejando a todos os Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, a todos os Senhores Presidentes e às Senhoras Presidentes de Junta de Freguesia, à Mesa da Assembleia, Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhor Secretário, ao Executivo Municipal, inclusive na pessoa do Senhor Presidente da Câmara Municipal, aos Senhores Vereadores em regime de permanência e de não permanência, uma grande janela de esperança para 2016. Votos de Boas Festas para todos, um Feliz Natal e um bom Ano Novo.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tentando de alguma forma responder às questões que foram levantadas, gostava de dizer ao Doutor Mesquita que hoje a Torre está a ficar mais qualificada, cada vez mais preparada para ser o Pólo Urbano daquela zona, é essa a nossa estratégia e é uma enorme felicidade.

Ainda bem que o registou aqui, porque realmente é de registar a forma como os auditores visitaram o GAM (Gabinete de Apoio ao Município) de Torre de Dona Chama e acharam que era um projeto interessante, com tudo aquilo que é necessário, tal e qual como se fosse em Mirandela.

Mas também é com alegria que brevemente nos Avidagos e em Frechas iremos arrancar exatamente com o mesmo tipo de serviço, dentro da mesma modalidade e no próximo ano vamos ter aquilo que é um projeto que já está identificado, dentro do projeto da CIM-TTM (Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes): que é a criação de um Mini Gam móvel, que irá prestar serviço às outras freguesias de forma móvel.

Avidagos e Frechas estarão a funcionar muito brevemente, estamos à espera de resolver o problema das comunicações e esperamos que no próximo ano já seja possível termos o Mini GAM em circulação.

Também queria deixar aqui uma nota, que até hoje a Câmara não podia envolver-se na questão dos transportes sem uma legislação nova, Em princípio as Câmaras Municipais vão finalmente ter competências nos transportes intraurbanos e interurbanos.

Neste momento está a ser apresentada essa lei. Temos expectativas que a partir daí seja possível intervir - o que não acontecia hoje-pelo que eu gostava de saudar essa situação.

Dizer também ao Senhor *Fraga* que eu apenas respondo a perguntas, as considerações são as suas, como deve compreender.

Eu, cada vez que sou aqui questionado não posso dizer se concordo ou não concordo com o nome "Reginorde", é a sua opinião e eu respeito-a, não tenho que lhe responder.

Agora, quando me coloca questões, eu respondo.

Por exemplo, colocou uma questão de uma superfície comercial e deu a sua opinião. A Câmara Municipal não tem qualquer processo de nenhuma superfície.

Portanto, para eu comentar, estou a especular e acho que não seja essa a minha função nesta Assembleia.

Especular, se existisse um processo na Câmara, se existisse uma iniciativa já identificada, teria todo o prazer em responder. Se estamos a falar em especulação, eu não posso responder a especulações.

Sobre a iluminação do Natal, mais pobres ou menos pobres, trabalhamos todos com as mesmas empresas que têm o seu calendário.

E no nosso caso, quando fizemos o contrato, o calendário apontou para ser iniciada a instalação da iluminação pública este fim-de-semana.

Mas também lhe digo uma coisa: No ano passado fizemos a instalação praticamente oito dias antes do Natal e não me lembro de ninguém ter falado nisso. Este ano, já estamos a antecipar mais oito dias e para o ano começamos em setembro - se calhar é o ideal.

Agora, tenho que lhe dizer que levo muito a mal este comentário sobre o IPB.

Eu gostava que chegasse aqui e dissesse assim:

A Câmara Municipal de Mirandela, em vez de depositar no governo a responsabilidade de construir uma unidade para os seus alunos, prescindiu de 5 Milhões € do seu FEDER, para aplicar naquela escola. Aplicou ali 15% desses 5 Milhões do nosso Orçamento, para compensar aquilo que o governo não fez.

Lá está o que dizia o Senhor Garrido: *Estamo-nos a substituir ao governo.*

E durante anos a fio e promessas a fio do governo, nunca foi construída em Mirandela nenhuma escola. E esta foi construída com um projeto que é do IPB, porque a Câmara Municipal um dia veio e disse: Nós vamos prescindir dos nossos fundos comunitários.

Está dentro de um Auditório que perdeu um milhão de €. Nós tínhamos previsto uma intervenção de 2 Milhões € neste Auditório.

Hoje tem ar condicionado novo; hoje tem ecrã novo; tem uma máquina nova, não tem isto completamente a brilhar, porquê?

Porque optamos por fazer aquela escola para Mirandela, porque achámos que do ponto de vista do desenvolvimento, era fundamental para o desenvolvimento de Mirandela e para o futuro de Mirandela.

Dizer que ainda não está aberto e está pronto há 15 dias, eu acho que às vezes é preciso calarmo-nos. Mas eu perante esta não me consigo calar, porque nunca ninguém resolveu este problema e devia ser aqui reconhecido que foi a Câmara e os Mirandelenses que fizeram esse esforço.

E não obstante ser verde, porque eu também gostava mais que fosse vermelho, por questões óbvias, mas a verdade é que sendo verde ou tendo telhados, temos uma escola para 1.400 alunos e seria bom vir aqui também dizer que este ano entraram mais de 360 alunos em Mirandela.

Este ano vieram para Mirandela na história do IPB, todos os alunos caloiros, fazer uma manifestação de apoio a Mirandela e da continuidade em Mirandela.

A última vez que tive uma reunião com o Ministro sobre este assunto da Escola de Mirandela, esse Ministro, que infelizmente já faleceu, disse-me assim: “*A sua escola é para encerrar*”, foi a última vez que falei com o Ministro sobre a escola de Mirandela.

Assim, eu gostava que hoje aqui houvesse quase uma manifestação de alegria, de Mirandela, dos Mirandelenses, porque aquele é um equipamento, nitidamente para o futuro de Mirandela e para o futuro da região.

Lamento muito por ainda não estar aberto, eu já tinha dito aqui que falta o mobiliário e ligações de algumas situações. E se daqui a seis meses não estiver ligado e não estiver a funcionar, pode ser por muitos motivos, mas olhe que da Câmara é que não, porque gastou lá 5 Milhões €.

E quando às vezes não respondo, sabe porque é? Porque como estamos em altura de Natal, eu gosto de sentir-me satisfeito e feliz não querendo ficar irritado com um assunto destes.

E por isso mesmo, sempre que tiver oportunidade de me fazer uma pergunta direta e concreta, terei a oportunidade de lhe responder com a mesma alegria, com a mesma felicidade, que vos desejo a todos vós para o próximo Natal.

Muito obrigado.

2.º Período de Intervenção do Público

6 – 2.º Período de Intervenção do Público.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão, disse:**

Muito obrigado também, perguntava se está algum Senhor Município que queira usar da palavra neste Período que lhe é destinado.

Parece que não há ninguém e assim sendo, a Mesa dá por encerrados estes trabalhos, deseja festas felizes a todos os que compõem este órgão e a todos os seus apoiantes e colaboradores.

Um bom ano, com saúde e coisas boas.

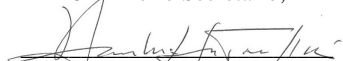
----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art. 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Primeiro Secretário.

----- Seguidamente foi encerrada a sessão, eram 12 horas.

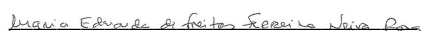
O Presidente da Assembleia Municipal;


José Manuel Lemos Pavão

O Primeiro Secretário;


Humberto António Cordeiro

A Segunda Secretária;


Maria Eduarda de Freitas F. Neiva Rosa